

Incra culpa povo por migração desordenada

O chefe regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), José Carlos Pitanga, afirmou ontem que o povo é o principal culpado pela migração desordenada para o território de Rondônia, onde o núcleo capixaba é o terceiro mais significativo. Programada pelos ministérios do Interior e da Agricultura, uma intensa campanha vem sendo desenvolvida pelo governo do Estado e principais municípios atingidos pela evasão de seus lavradores para o território, visando conter o fluxo migratório. Em Barra de São Francisco, — um dos municípios mais prejudicados — lavradores desiludidos com sua viagem a Rondônia reclamam da burocracia do IBC na liberação dos contratos para plantio de café, o que teria provocado a venda de suas terras no Espírito Santo, para procurar uma vida melhor.

“Um dia serei bispo de bois e eucaliptos”, já afirmou dom Aldo Gema, de São Mateus. Esta visão

de adaptação ao clima amazônico e falta de alimentação adequada tem gerado o aparecimento de doenças como a

correspondência seja carimbada, com os seguintes dizeres: “Rondônia — não se mude para lá sem orientação

Gema, de São Mateus. Esta situação talvez tenha sido muito pessimista, porém, não de todo irreal quando o religioso referiu-se à crescente "pequarização" e ao reflorestamento da região, expulsando pequenos proprietários e a mão-de-obra rural. Foi de São Mateus, Ecoporanga, Linhares, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Afonso Cláudio que no ano passado saiu a maior parte das 249 famílias capixabas, engrossando o contingente de cerca de 30 mil pessoas que abandonaram o Espírito Santo, a partir de 1971, procurando o eldorado nas longínquas terras de Rondônia, antigo território de Guaporé, uma área de 243.044 quilômetros quadrados.

Passada a esfuziante fase do "milagre econômico", das maravilhas da rodovia Transamazônica e da colonização da região, chegou a hora de suspender os antigos projetos integrados de colonização decantados maciçamente pela propaganda oficial: "Milhares de famílias, originárias principalmente de municípios do Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Espírito Santo encontram-se em Rondônia em situação precária, enquanto aguardam a concessão de um lote de terra. Motivadas, em sua maior parte por informações distorcidas da realidade, estas pessoas migram para o território sem antes procurar obter, através de fontes credenciadas, as garantias indispensáveis à sua sobrevivência na área" — alerta um panfleto elaborado pela Coordenação de Comunicação Social do Ministério do Interior.

O folheto e cartazes — com fotos de animadoras de migrantes — fazem parte de uma "campanha de esclarecimento para conter o fluxo desordenado de migrações para a região", planejada e coordenada pelos ministérios do Interior e Agricultura, para ser executada com o apoio dos governos dos estados envolvidos e dos prefeitos dos seus municípios.

o aparecimento de doenças como a malária, a gastroenterite e verminoses entre a população migrante" — denuncia o panfleto do Ministério do Interior.

OS CULPADOS

A culpa por essa situação não pode ser creditada ao governo, defende-se o chefe do Inkra em Vitória, José Carlos Pitanga. "A culpa, naturalmente, é do povo, que está pensando em ganhar a vida lá em Rondônia", acusou ele, acrescentando que "o sonho do trabalhador é possuir sua terra, quando sem ter terra, trabalhando no terreno dos outros, ele tem mais condições de sustentar sua família do que no Norte".

"No Espírito Santo, quem vive da agricultura pode sentir alguma dificuldade mas creio que o capixaba pode se julgar satisfeito em relação a regiões como o Nordeste", argumentou Pitanga. Segundo ele "o setor primário capixaba tende a melhorar bastante, porque o Governo está procurando investir na agropecuária, que nunca deixou de atender ao reclamo da Nação". Lembrou ainda que a agricultura é um bom negócio no Estado e com ele os lavradores poderão manter suas famílias muito bem e progredir, além de seu trabalho pesar bastante na balança comercial.

Colocar isso na cabeça dos trabalhadores rurais é a grande tarefa que se apresenta aos organismos oficiais, com a agravante dos problemas enfrentados pela agropecuária, que ficam entre a incipiente assistência técnica, pragas e a falta de recursos para a concreta diversificação das culturas. "A situação em Rondônia está aflitiva, porque o território não tem infra-estrutura para receber os migrantes. Afinal, exemplifica o chefe do Inkra, a colonização local foi programada para 400 pessoas e chegou mais de mil".

Essa "explosão desordenada" de migrantes foi responsável pela paralisação dos programas de colonização

do Inkra ou da prefeitura do seu município". Espero que o povo compreenda essa propaganda, disse Pitanga, porque é um aviso. "Se amanhã ou depois a própria Rondônia ou outro território tiverem condições de receber mais migrantes, o Governo continuará a colonização". -- arrematou ele.

DESILUSÃO

A campanha de esclarecimento que está sendo desenvolvida deverá ter pleno êxito. Mesmo que a agricultura capixaba não seja fortalecida realmente, a desilusão que alguns migrantes trazem de Rondônia é muito grande. O correspondente de A TRIBUNA em Barra de São Francisco, Enivaldo dos Anjos, observou que "muita gente que volta -- verdade que menos de um terço -- arrasada porque gastou todo o dinheiro da terra que havia vendido no Espírito Santo para procurar seu eldorado, e agora retorna com problemas de readaptação, geralmente sem qualquer condição financeira".

Muitos deles reclamam de terem sido enganados pelos corretores de fretes -- em Barra de São Francisco dois deles aliciavam lavradores e suas famílias para constituírem o carregamento de caminhões que os levavam até a terra prometida, que os esperava com "terras boas e uma vida melhor". Lá, a realidade: depois de cinco ou seis dias de viagem, o desembarque em uma terra "onde a lei não existe, os crimes são praticados no meio da rua e quase todos os assassinos saem impunes", desabafou um lavrador iludido pelas promessas decantadas por um dos corretores, em Barra de São Francisco, através de alto-falantes.

Agora, "retirantes" da Rondônia procuram explicar suas derrotas, diante do ambiente hostil que encontraram no território. E buscam em São Francisco, por exemplo, "a falta de aproximação entre os lavradores e órgãos como IBC e Emater, como um

AS DIFICULDADES

O fluxo migratório para Rondônia, a partir de 1970, vem aumentando intensa e desordenadamente. Segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estima-se que em 1976 entraram no território, na época de maior movimento, cerca de 900 famílias por mês. Das 29 mil famílias que se calcula terem entrado no território até o momento o Incra assentou 13 mil, o que representa um déficit de lotes para cerca de 16 mil famílias, que se encontram em situação indefinida. De acordo com estas estimativas, prevê-se até o final de 1978 um excedente populacional de 20 mil famílias sem terra, o que equivale a um total de 120 mil pessoas precariamente instaladas e/ou em situação ilegal.

Em Rondônia, o Incra desenvolveu quatro projetos integrados de colonização - Ouro Preto, Burareio, Corumbiaria e Carajás. E foi para esses locais, levados por uma propaganda visionária, que se dirigiram os capixabas, a ponto de constituir hoje o terceiro maior núcleo de migrantes no território. O que não é motivo de orgulho para o Espírito Santo: "Sob a pressão dos fluxos migratórios; os serviços e equipamentos públicos existentes tornaram-se insuficientes para atender a toda a população. O quadro é agravado em razão de muitas famílias se encontrarem fora do processo de produção, sem fonte de renda e em total dependência da administração pública. Tal situação, agravada por problemas como os de

migrantes foi responsável pela paralisação dos programas de colonização na região amazônica. Por isso, ressaltou o sr. José Carlos Pitanga, "o governo está alertando a população, evitando prejuízos para as famílias e também para o Estado, quando os lavradores abandonam suas terras". Esse crescente êxodo rural foi denunciado anteontem pelos prefeitos de Afonso Cláudio e São Gabriel da Palha, em reunião com os secretários Wanthuyr Zanotti e Romualdo Gianórdoli. Tudo isso tem causado sérios problemas para os seus municípios, que se ressentem da falta de mão-de-obra

ORIENTAÇÃO

O sr. José Carlos Pitanga informou que o Incra também está participando do trabalho de alerta. A direção do órgão determinou aos chefes das unidades municipais de cadastros que distribuam farto material de propaganda, indicando que "antes de mudar sua vida procure orientação no Incra ou na prefeitura de seu município sobre compra de terras, dificuldades de viagem e principalmente sobre as condições de sobrevivência em Rondônia". Já existem milhares de famílias no território dependendo do Governo e nem todas podem ser atendidas ao mesmo tempo -- lembra um dos cartazes da campanha.

O Incra também remeterá carimbos às agências postais, principalmente dos seis municípios capixabas mais envolvidos, pedindo que toda a

São Francisco, por exemplo, "a falta de aproximação entre os lavradores e órgãos como o IBC e Emater, como um dos fatores responsáveis pela expulsão da terra natal". Segundo um dos trabalhadores rurais que experimentaram a viagem até Rondônia, "uma das causas que desanimam a permanência no Espírito Santo, principalmente em Barra de São Francisco, é a burocracia que existe no escritório local do IBC". E ele explicou: "Você dá entrada em um contrato para plantar café, na esperança de encontrar as épocas próprias, mas os funcionários demoram tanto a fazer a vistoria na terra, para liberação do contrato, que passa o período de plantio".

Quando isso não acontece, observou o lavrador ocorre o pior: "Apanhamos o dinheiro emprestado com amigos, confiando que o IBC vai liberar logo o contrato. Se não libera, estamos endividados e o jeito é vender a terra para pagar as dívidas e ir para Rondônia, local preferido depois que os corretores de fretes passaram a exhibir recortes de jornais dando a notícia de que o presidente Ernesto Geisel entregou mais de trinta mil escrituras de terras no território".

Certamente que os fatores que provocam o êxodo rural, e particularmente a migração para Rondônia, não se resumem a um atraso na liberação dos contratos para plantio do café. Os problemas do setor primário capixaba são mais complexos. A campanha de esclarecimento para conter essa explosão espontânea de migrantes surtirá efeito momentâneo. Porque a causa do êxodo permanece.



Pitanga: mostrando os objetivos da campanha